

## A EXPLORAÇÃO COMERCIAL MARÍTIMA E OS NEGÓCIOS ULTRAMARINOS NA ESPANHA DO SÉCULO XVIII

Suely Machado Crespo

Do Instituto de História e Serviço Social — UNESP

Na época do descobrimento da América, a Espanha era economicamente deficitária, no âmbito do relacionamento capitalístico europeu. A montagem de seu império ultramarino, nos primeiros séculos, e o controle exercido sobre vastas regiões, não alteraram aquela insuficiência. (1)

- 1) Cf. Stanley, J. e Stein, Barbara H. — *La herencia colonial de América Latina*, 5. ed., México, 1974, p. 7-10, Reglá, Juan, dir. — *Historia de España Ilustrada*. s. ed., Barcelona, 1970, t. I, p. 446; Mousset, Albert *His'oire d'Espagne*. s. ed., Paris, 1947, p. 213-215; Roel Pinada, Virgilio — *Historia Social y Economica de la Colonia*. s. ed., Lima, 1970, p. 31-33; Spooner, F. — *L'économie mondiale et les frappes monétaires en France*. Paris, 1956, p. 25, apud Vilar, Pierre. *Oro y moneda en la Historia (1450-1920)*. 2. ed. Barcelona, 1972, p. 14; Clark George — *La Europa Moderna (1450-1720)*. 2. ed., México, 1970, p. 04-41; Léon, Pierre — *Économies et Sociétés Préindustriales*. t. 2 — 1650-1788. *Les origenes d'une accélération de l'Histoire*. 1. ed., Paris, 1970, p. 5-6; Carney Jr., James J. — *Early Spanish Imperialism*, in *The Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, v. XIX, n.º 2, may 1939, p. 140; Hauser, Henri — *La prépondérance espagnole (1559-1660)*. 3. ed., Paris, 1948, p. 257-259; Muret, Pierre — *La prépondérance anglaise*. 3. ed., Paris, 1949, p. 13-15; Altamira; Rafael — *Manual de Historia de España*. 2. ed., Buenos Aires, 1946, p. 401-403; Atkinson, William C. — *His'oire d'Espagne et du Portugal*. 1. ed., Paris, s. d., p. 201-203; Avelino, Yvone Dias — *O Instituto de Naturalização. Mercadores-banqueiros na conjuntura comercial da América dos Áustrias*. e. ed. São Paulo, 1972, p. 29-32; Sagnac, Philippe e Sa'nt-Léger, A. de Louis XIV (1661-1715). 3. ed., Paris, 1949; p. 6-10; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazoria, Emilio — *La Casa de Austria*

A anemia econômico-financeira da monarquia espanhola foi, até 1700, bem clara tanto para ingleses e franceses, quanto para os próprios súditos da Coroa. (2)

Competiam aquelas nações pelo controle do comércio com o mundo ibérico. (3) Antes do século XVIII seria a França que proporcionava à Espanha maior quantidade de produtos de importação (4), apesar de não haver conseguido estabelecer nenhuma posição de valor no Novo Mundo, não obstante as tentativas e persistente atuação de piratas e corsários, notadamente em certas áreas geo-econômicas do Caribe, que se prestavam à atividade dos "ladrões-do-mar".

A partir daquela época estabeleceu-se evidente disparidade entre o poderio naval inglês e francês. As transformações por que havia passado a Grã-Bretanha levaram-na a explorar territórios que, não apenas ela, mas outras grandes potências comerciais da Europa Ocidental reconheciam como uma das maiores fontes, real e potencial, de matérias-primas, mercados de consumo e abastecimento de ouro e prata — o império colonial da Espanha na América. (5)

---

(Siglos XVI y XVII), in Pericot Garcia, Luis, dir. — Historia de España. Gran Historia General de los pueblos hispanos. 4. ed., Barcelona, 1970, t. IV, p. 342-343; Bodin, M., Duroselle, J. — B., Faivre, J., — P., Poirier, J. e Tersen, E. — Histoire. Les civilisations du monde contemporain. s. ed., Paris, — 1962, p. 57-58.

- 2) Escreve Voltaire sobre a Espanha: "La grandeur espagnole ne fut plus sous Philippe III qu' un vaste corps sans substance, qui avait plus de réputation que de force... De tels rois ne pouvaient être longtemps heureux dans leurs guerres contre la France". (Le siècle de Louis XIV, s. d., Paris, 1947; t. I, p. 11).
- 3) Veja-se Dias, Manuel Nunes — Companhias versus Companhias na Competição Colonial, in Revis.a de Historia de America, México, n.º 84, julio/diciembre de 1977, p. 29-49.
- 4) Cf. Levasseur, M. E. — La France économique. Colbert et ses successeurs. 1661-1715, in Lavissee E. e Rambaud, A. — Histoire Générale. Du IV.e siècle a nos jours. t. VI — Louis XIX. 1643-1715, s. ed., Paris, 1895, p. 240-242; Daniel — Rops-Notre Histoire. s. ed., Paris, 1947; t. II, p. 10; Reglá, Juan, dir. — op. cit., t. I, p. 534; Ulloa Cisneros; Luis e Camps Cazorla, Emílio — op. cit. in loc. cit., t. IV, p. 345; Stanley, J. e Stein, B. H. — op. cit. p. 13-15; Aubry, Octave — Histoire de France. s. ed., Paris, 1956; p. 111-112; Plazhoff, Walter — La época de Luis XIV, in Goetz, Walter, dir. — Historia Universal. t. VI — La Época del Absolutismo (1660-1789). 7. ed., Madrid, 1968, p. 38-40; Boccardo, Jeronimo — Historia del Comercio, de la Industria y de la Economía Política. 1. ed., Buenos Aires, 1942, p. 245; Sagnac, Philippe e Saint-Léger, A. de — op. cit., p. 71.
- 5) Stanley, J. e Stein, Barbara H. — op. cit., p. 10-12; Muret, Pierre — op. cit., p. 15.17; Braudel, Fernand — Monnaies et civilisations. De l'or du Soudan à l'argent d'Amérique, in Annales, Paris, 1946,

Na Península, em 1700, agonizava o último Áustria e entrava a economia nacional em período de recesso. (6) A agricultura arruinava-se por falta de braços — fenómeno europeu — frente a guerras sucessivas; o comércio, olhado com desprezo por algumas das camadas privilegiadas e, seguramente, dificultado pelas aduanas interprovinciais, teria minguido; a emigração — durante 200 anos — para o Novo Continente, os surtos de peste do século XVII e os deslocamentos populacionais para a periferia do país sangravam vários territórios, principalmente os centrais. (7)

Àquelas e a outras múltiplas razões do depauperamento espanhol acrescentavam-se as idéias da época dos Áustrias,

p. 22, apud Vilar, Pierre — op. cit., p. 13; Dominguez Ortiz, Antonio — *El Antiguo Régimen: Los Reys Católicos y los Austrias*. 2. ed., Madrid, 1947, p. 280-282; Léon, Pierre — op. cit., p. 13; Levasseur; M. E. — op. cit. in loc. cit. p. 237-239; Platzhoff, Walter — op. cit. in loc., p. 17.

- 6) Cf. Mercader Ribá, Juan e Domínguez Ortiz, Antonio — *La época del Despotismo Ilustrado*, in Vicens Vives, J., dir. — *Historia de España y América*. t. IV — *Burguesía. Industrialización. Obrerismo*. Los Borbones. El siglo XVIII en América. s. ed., Barcelona, 1958, p. 225-226; Reglá, Juan — *La época de los últimos Austrias*, in Vicens Vives, J., dir. — *Historia de España y América*. t. III — *Imperio. Aristocracia. Absolutismo. Los Austrias. Imperio Español en América*. s. ed., Barcelona, 1958, p. 250; Reglá, Juan, dir. — op. cit., t. I, p. 508; Stanley, J. e Stein Barbara H. — op. cit., p. 15-17; Ibarra y Rodríguez, Eduardo — *España bajo los Austrias*. 2. ed., Barcelona, 1935, p. 331-333; Bleiberg, German, dir. — *Diccionario de Historia de España*. 2. ed., Madrid, 1968, t. I, p. 68; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla; Emilio op. cit. in loc. cit., p. 270-271; Boissonnade, M. P. — *L'Espagne. Le dernier Habsbourg Charles II (1665-1700)*, in Lavissee, E. e Rambaud A. — op. cit., t. VI, p. 517-519; Dominguez Ortiz, Antonio — op. cit., p. 386-388; Ballesteros Beret'a, Antonio — *Síntesis de Historia de España*, 7. ed., Barcelona, 1950, p. 346-348; Lynch, John — *España bajo los Austrias*. v. I — *Imperio y Absolutismo (1516-1598)*. 1. ed., Barcelona, 1970, p. 451-452; Sèdillot, René — *Historia de las Colonizaciones*. 1. ed., Barcelona, 1961, p. 312.
- 7) Cf. Reglá, Juan — op. cit. in loc. cit., p. 251-253; Altamira y Crevea, Rafael — *Historia de España y de la civilización española*. 4. ed., Barcelona, MCMXXIX, t. IV, p. 281; Al'amira, Rafael — op. cit.; p. 421-422; Roel Pineda, Virgilio — op. cit., p. 41-43; Dominguez Ortiz, Antonio — op. cit., p. 346-348; Bleiberg, German, dir. — *Diccionario de Historia de España*. 2. ed., Madrid, 1968, t. I, p. 1120-1121; A'kinson, William C. — op. cit., p. 235-236; Leon, Pierre — op. cit.; p. 41-42; Neasham, V. Aubrey — *Spaints emigrants of the New World. 1492-1592*, in *The Spanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, v. XIX, n.º 2, may 1939; p. 160; Avelino, Yvone Dias — op. cit., p. 17-18; Nadal, Jordi — *La población española (siglos XVI a XX)*. 3. ed., Barcelona, 1973, p. 37-48; Reglá, Juan, — dir. — op. cit., t. I, p. 485—; 531; Boccardo, Jeronimo — op. cit.; p. 243-244.

que cifravam a riqueza na acumulação de metais preciosos. Com isto, ricos particulares e a Igreja armazenariam determinadas quantidades de prata. Mesmo os menos afortunados guardariam o metal amoldado ou lavrado como reserva. Esta imobilização atuava em sentido inflacionário, ao reduzir o volume e a circulação dos metais preciosos. (8) Assim, o metal nobre que circulava era escasso, em poucas mãos e com tendência a evadir-se para áreas européias de baixa pressão monetária, onde era mais cotado. (9)

Para os banqueiros e grandes comerciantes o sistema prata era uma realidade, pois com ele faziam seus pagamentos. Para a maior parte dos negócios internos, porém, o valor do metal era tão-somente um ponto de referência, uma vez que cobranças, pagamentos e preços habituais eram transacionados em "vellón". (10). Sujeito às oscilações de inflações e deflações — o que não ocorria com a prata — era o valor desta moeda que determinava o poder aquisitivo das grandes massas da população, que sofriam duramente a cada reajuste. (11)

- 8) Cf. Bosch Garcia, Carlos — Reflexiones sobre Historia de America, in Estudios Historicos Americanos, México, 1953, n.º esp.; p. 59; Ballesteros Beretta, Antonio — op. cit., p. 347-349; Domínguez Ortiz, Antonio — op. cit., p. 353-355; Roll, Eric — História das Doutrinas Econômicas. 2. ed. São Paulo, 1962, p. 49-51; Carney Jr., James J. — op. cit., in loc. cit., p. 140; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 342-343; Platzhoff, Walter — op. cit. in loc. cit., p. 17-18; Touchard, Jean, dir. — História das Idéias Políticas. v. 3 — A renovação das idéias nas lutas políticas do século XVI. Vitória do Absolutismo. s. ed., Lisboa, 1970, p. 98-99; Ferguson, John M. — História de la Economía. 4. ed., México, 1970, p. 38-39; — Boccardo, Jerónimo — op. cit., p. 245; Deyon, — Pierre — O Mercantilismo. s. ed., São Paulo, 1973, p. 17-18; Ballesteros Gaibrois, Manuel — História de America. 3. ed., Madrid, 1962, p. 430-431; Hugon, Paul — História das Doutrinas Econômicas. 12. ed., São Paulo, 1972, p. 60-70; Léon, Pierre — op. cit., p. 106-107; Barre, Raymond — Manual de Economía Política. v. 3 — A Renda Nacional. A Despesa Nacional. 3. ed. Rio de Janeiro, — 1970, p. 265.
- 9) Sobre o metal americano expressou-se Francisco de Quevedo (1580-1645), escritor, humanista e mordaz satírico: "Nace en las Indias honrado... viene a morir en España, y es en Génova enterrado". (Apud Sobrequés Vidal, Santiago e Belsolá Rey, A. — Historia de España Moderna y Contemporánea. 6. ed., Barcelona, 1970, p. 164).
- 10) Denominação da liga de cobre e prata com que se cunhou moeda na Espanha. A proporção da prata foi diminuindo paulatinamente, até que no reinado de Felipe II (1556-1598) desapareceu o "vellón" para cunhar-se a moeda fracionária em cobre. Desde então permaneceu com valor nominal equivalente à metade da prata.
- 11) Cf. Domínguez Ortiz, Antonio — op. cit., p. 325-327; Ballesteros Beretta, Antonio — op. cit., p. 348; Villar, Pierre — op. cit., p. 329-330;

A realidade da economia espanhola — (12) era demonstrativa da coexistência de dois comportamentos postos em duas conjunturas: as capitalistas urbana e agrária. (13) Sofrendo o primeiro de acrasia, mais ligado que era ao exterior, aqueles procedimentos, até então dissociados, buscaram, no decorrer do século XVIII, uma associação de estrutura capitalística.

Apesar da tendência ascensional dos salários ser forte, era mais lenta que a subida dos preços. Resultantemente, os efeitos da inflação provocavam transferência de riqueza. Os que padeciam as conseqüências das altas de preços eram principalmente os proprietários de terras e os artesãos, usufrutuários de rendimentos fixos. Como a renda do solo era paga em dinheiro, a depreciação da moeda circulante significava desvalorização da terra em termos reais, o mesmo ocorrendo com os “compañeros” nas corporações artesanais. (14)

Ao contrário daqueles, os comerciantes e fabricantes das cidades aufeririam maiores lucros. A inflação estimulava a elevação dos preços, aumentando a cotação dos valores mobiliários em confrontação com os imobiliários. A isto soma-

---

Reglá, Juan — op. cit. in loc. cit. p. 276-278; Léon, Pierre — op. cit., p. 21-23; Ulloa Cisneros, — Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 342; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 165; Terrero, Jose — Historia de España, s. ed., Barcelona, 1972, p. 304; Boccardo, Jeronimo — op. cit., p. 246-247; Roel Pineda, Virgilio — op. cit., p. 41-42; Barre, Raymond — op. cit., v. 3., p. 382-394.

- 12) “De todos os instrumentos capazes de revelar ao historiador os movimentos profundos da economia, os fenômenos monetários são, sem dúvida, os mais eficazes” (Bloch, Marc — Le problème de l'or au Moyen Âge. Annales d'Histoire économique et sociale. Janeiro 1933, p. 1-34, apud Vilar, — Pierre — op. cit., p. 19).
- 13) Cf. Dominguez Ortiz, Antonio — op. cit., p. 352-353; Roel, Virgilio — op. cit., p. 32-34; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 342-343; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 101-102; Terrero, Jose — op. cit., p. 304-306; Comellas, José Luis — Historia de España Moderna y Contemporánea (1474-1965). 3. ed., Madrid, p. 250-251, 1972; Vázquez de Prada, Valentin — Historia Económica Mundial. t. I — De los orígenes a la Revolución Industrial. 3. ed., Madrid, 1972, p. 237-238; Barre, Raymond — op. cit., v. 2 — O Produto Nacional. 3. ed., Rio de Janeiro, 1970; p. 60-63; 105-108.
- 14) Roel Pineda, Virgilio — op. cit., p. 15, Léon, Pierre — op. cit., p. 69-70; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 343-344; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 162-163; Ballesteros Beretta, An onio — op. cit., p. 346-347; Lefranc, Georges — Historia Breve do Comércio. s. ed., Lisboa, 1962, p. 79-80; Boccardo, Jeronimo — op. cit., p. 244-245.

vam-se as contínuas urgências de dinheiro por parte da Coroa, que empenhavam as rendas e comprometiam as contribuições, pagamentos e impostos, reforçando um sistema que favorecia àqueles que mais traficavam. (15)

A evasão do ouro e da prata das Índias, canalizados no sentido de manter a onerosa política exterior, privava a economia espanhola de oportunidade de reabilitação.

Tal quadro da economia peninsular já estava nitidamente delineado quando a Europa obteve, em 1659, a paz pelo Tratado dos Pirineus. Duas evidências apresentavam-se então: a rápida decadência da Espanha e a política da França como grande potência. Considerava-se esta merecedora da gratidão de Estados como a República Holandesa e os principados alemães, que havia salvado da dominação dos Áustrias de Madrid e guardava laços de amizade com os países que a haviam ajudado a cercar os Habsburgos. (16)

Contavam os gauleses não apenas com aqueles liames para a manutenção de sua hegemonia no continente, mas com elementos de êxito utilizáveis na guerra — preponderância econômica e aptidão para rivalidades internacionais. Interessava-lhes de perto o problema do declínio da Espanha. Durante cerca de 50 anos a França participara de contendas onde o futuro dos domínios hispânicos era debatido — sem dúvida os mais ricos que possuíram um Estado europeu que,

---

15) Cf. Forner, Juan Pablo — Discurso sobre el modo de escribir y mejorar la Historia de España. Informe Fiscal. s. ed., Barcelona, 1973, p. 163-165; Clark, George — op. cit., p. 176-178; Beneyto — Perez, Juan — Historia de la Administración Española e Hispanoamericana. s. ed., Madrid, 1958, p. 401-403; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 348-349; Sobrequés Vidal, Santiago e Belsolá Rey, A. — op. cit., p. 43-44; Boccardo, Jeronimo — op. cit., p. 245-246; Barre, Raymond — op. cit., v. 2, p. 382-383.

16) Cf. Debidour, M. A. — La France. Anne d'Autriche et Mazarin — 1643-1661, in Lavissee, E. e Rambaud, A. — op. cit., t. VI; p. 45-47; Clark, George — op. cit., p. 191; Andre, Louis — Luis XIV y Europa. s. ed., México, 1957, p. 5-6; Duby, Georges; dir. — Histoire de la France. Dynasties et révolutions de 1349 à 1852. s. ed., Paris, 1971, v. II p. 190-193; Aubry, Octave — op. cit., p. 114-116; Plazhoff, Walter op. cit. in loc. cit., p. 24-31; Arondel, M., Bouillon, J. e Rudel, J. — XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles. s. ed., Paris; 1964; p. 204-205; Sobrequés Vidal, Santiago e Belsolá Rey, A. — op. cit., p. 139-140; Anderson, M. S. — Europa en el siglo XVIII. s. ed., Madrid, 1964, p. 3, Descola; Jean — Histoire d'Espagne. s. ed., Paris, 1959, p. 429-230; Sagnac; Philippe e Saint-Léger, A. de — op. cit., p. 6.

no entanto, mostrava-se incapaz de continuar a mantê-los reunidos sob a égide de uma só Coroa. (17)

Luis XIV (1643-1715) estava em pleno desempenho de seu governo pessoal, quando as circunstâncias fizeram parecer um dever público para a França decidir o ajuste da questão. O trono espanhol passara às mãos de Carlos II (1665-1700), que não possuía sucessores. (18) Com sua morte herdaríamos os austríacos a Coroa espanhola e fariam ressurgir o antigo sistema de segurança dos Habsburgos. Nada agradava menos aos franceses do que enfrentar novamente o perigo do cerco daquela casa reinante. (19)

17) Cf. Clark, George — op. cit., p. 192-194; Bleiberg, Germán, dir. — Diccionario de Historia de España. 2. ed., Madrid, 1968, t. 2; p. 31-33; Atkinson, William C. — op. cit., p. 223-225; Voltaire, François — Marie Arouet — op. cit., t. I, p. 11; Vast, M. H. — Louis XIV. La diplomatie et les guerres jusqu'au traité de Ryswick (1697), in Lavisse E. e Rambaud, A. — op. cit., t. VI, p. 127; Andre, Louis — op. cit., p. 5; Reglá, Juan, dir. — op. cit., t. I, p. 488; Plazhoff, Walter — op. cit. in loc. cit., p. 123-133; Aroudel, M., Bouillon; J. e Rudel, J. — op. cit., p. 281-282; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 140-143; Anderson, M. S. — op. cit., p. 3; Comellas; Jose Luis — op. cit., p. 261; Bruley, E., Cloet; R. e Coquerelle, S. P. — La fin du Moyen Âge et l'époque Moderne. 1328-1715. s. ed., Paris, 1965; p. 187-188; Maravel, Jose Antonio — La oposición política bajo los Austrias, s. ed. Barcelona, 1972; p. 215-220.

18) Foi Carlos II, rei de Espanha, alcunhado "El Hechizado". Raquítico, débil e enfermigo, recebeu fraca educação. Mesmo antes de seu matrimônio preocupavam-se os súditos com um herdeiro, já que o monarca não possuía irmãos, primos ou tios varões. Casado em primeiras núpcias com Maria de Orléans, sobrinha de Luis XIV e em segundas com Maria Ana de Neoburgo, não deixou esse soberano, descrito como "típico fim de raça", quaisquer descendentes, masculinos ou femininos. O relato de um contemporâneo, publicado pelo Duque de Maura em "Vida y reinado de Carlos II", narra suas condições físicas por ocasião da morte. "Ayer por la mañana (3 de noviembre) se practicó la autopsia. No tenía el cadáver ni una gota de sangre; el corazón apareció de tamaño de un grano de pimienta; los pulmones corroídos; los intestinos putrefactos y gangrenados; un solo testículo, negro como el carbon, y la cabeza llena de agua. Sus últimas palabras fueron en respuesta a una pregunta de la reina: Me duele todo"... (apud Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 270).

19) Cf. Atkinson, William C. — op. cit., p. 229-231; — Bleiberg, Germán, dir. — Diccionario de Historia de España. 2. ed., Madrid, 1968; t. 2, p. 805-806; Voltaire, François — Marie Arouet — op. cit. t. I, p. 220-221; Vast, M. H. — op. cit. in loc. cit., p. 128; Blondel, M. G. — L'Allemagne. Saint-Empire-Autriche — Brandebourg. 1648-1715, in Lavisse, E. et Rambaud, A. — op. cit., t. VI; p. 544-546; Boissonnade; M. P. — L'Espagne. Le dernier Habsbourg Charles II (1665-1700) in Lavisse, E. e Rambaud, A. — op. cit., t. IV, p. 501; Andre, Louis — op. cit., p. 474; Bainville, Jacques — Histoire de France. s. ed., Paris;

Trinta e cinco anos se passaram antes que aquele soberano morresse e as expectativas foram crescendo. Nesse ínterim as relações internacionais haviam sofrido profundas mudanças, graças a Colbert (20) e à iniciativa da França. Sua ascendência na vida intelectual da Europa achava-se no zênite; era possível viajar por território francês desde o rio São Lourenço até ao Golfo do México e era inegável o poderio de sua marinha. (21) Desenvolvera-se sem que as potências européias se apercebessem da ameaça. Caso obtivesse o controle da Espanha, todo o mundo ocidental e colonial ficaria a sua mercê.

Quando a realidade se tornou evidente, a Europa se viu envolvida numa indecisa guerra (1688 — 1697), a que seguiu uma paz de quatro anos. O mundo europeu achava-se então totalmente interligado. Qualquer questão local tinha relação com todas as demais e a luta pelo poder era causa comum. (22)

Finalmente estalou a crise da herança espanhola. Estadistas de todos os países, empenhados na manutenção do equilíbrio, buscavam fórmulas conciliadoras — que satisfizessem a todas as partes interessadas.

---

1946, p. 191-205; Daniel-Rops — op. cit., p. 61; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit., p. 262-267.

20) Colbert definia sua política com a seguinte frase: "Les compagnies de commerce sont des armées du roi et les manufactures de France ses réserves". (Sagnac, P. e Saint-Léger, A. de — op. cit., p. 71).

21) Cf. Faguet, M. E. — La littérature française. 1650 — 1715, in Lavissee e Rambaud, A. — op. cit., t. VI, p. 312-315; Vast. M. H. — op. cit. in loc. cit., p. 77-84; 99-100; Clark, George — op. cit., p. 192; Michel, M. A. e Lavoix, M. H. — L'art en Europe. 1648-1715, in Lavissee, E. e Rambaud, A. — op. cit., t. VI, p. 344-346; Moireau, M. A. — L'Amérique. 1648-1715, in Lavissee E. e Rambaud, A. — op. cit., t. VI, p. 945-947; Andre, Louis — op. cit., p. 24-26; Baumhauer; Hermann (et alii) — op. cit., p. 463-465; Bainville, Jacques — op. cit., p. 219-220; Saint-Simon, Louis de Rouvroy, duque de — A Côte de Louis XIV. Memórias de um cortesão. s. ed., Rio de Janeiro, 1944, p. 196-197; Daniel — Rops — op. cit., p. 40-50; DUBY, Georges, dir. — op. cit., v. II, p. 186 — 190; Platzhoff, Walter — op. cit. in loc. cit., p. 40-41; Anderson, M. S. — op. cit., p. 3.

22) Cf. Clark, George — op. cit., p. 192-194; Léon, — Pierre — op. cit., p. 12-13; Vast. M. H. — op. cit. in loc. cit., p. 139-141; Andre, Louis — op. cit., p. 192-194; Daniel-Rops — op. cit., p. 62; Platzhoff, Walter — op. cit. in loc. cit., p. 19-20; Arondel, M., Bouillon, J. e Rudel; J. — op. cit., p. 289-290; Bloom, Solomon F. — Europe and America. The western world in Modern Times s. ed., Burlingame, New York, 1961, p. 18-19; Anderson, M. S. — op. cit., p. 3-4; Comeias; José Luis — op. cit., p. 261-262; Myers, Philip Van Ness — Medieval and Modern History. 2. ed., Boston, s. d., p. 362-364.



Era mais que evidente que o império espanhol poder-se-ia liquidar mediante uma partilha. (23)

Os próprios peninsulares dissiparam as esperanças dos países líderes e tornaram impossível qualquer conciliação. O método que escolheram para manter seus domínios unidos foi "oferecer" a Coroa da Espanha a um ramo mais jovem da casa real francesa.

Tal decisão trouxe para a causa nacional o exército e a armada de Luis XIV, o que não impediu que após quatorze anos de guerra — 1701-1714 — a vitória fugisse aos aliados. A antiga combinação dos Habsburgos espanhóis e austríacos terminara depois de turbulentos séculos de legalidade e a Espanha passou, normalmente, a um Estado "cliente" da França. (24)

Entrava o problema do poderio gaulês numa nova fase, onde a Espanha já não era a principal antagonista. Possuía ela ainda as Índias, mas retirara-se do concerto das grandes potências.

Tal situação criou condições favoráveis para a recuperação nacional. O advento da nova dinastia e a guerra de Sucessão provocaram reações benéficas: — maior interesse pelos assuntos essencialmente espanhóis e americanos e empenho no processo de superação das antigas formas político-econô-

23) Cf. Pingaud, M. L. — *La guerre de la Succession d'Espagne. 1700-1714*, in Lavissee, E. e Rambaud, A. — op. cit.; t. VI, p. 724-726; Andre, Louis — op. cit., p. 205-210; Clark, George — op. cit., p. 192; Bannville, Jacques — op. cit., p. 238-240; Daniel-Rops — op. cit., p. 61-62; Reglá, Juan, dir. — op. cit., t. I; p. 518-519; Ulloa Cisneros, Luis e Camps Cazorla, Emilio — op. cit. in loc. cit. p. 268-270; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 142-144; Comelias, José Luis — op. cit., p. 274-275; Legendre, Maurice — *Nouvelle Histoire d'Espagne*, s. ed., Paris, 1938, p. 255-256; Myers, Philip Van Ness — op. cit., p. 364-366.

24) Cf. Pingaud, M. L. — op. cit. in loc. cit., p. 768-770; Clark, George — op. cit., p. 195; Andre, Louis — op. cit., p. 225-228; Zabala y Lera, Pío-España bajo los Borbones. 5. ed., Barcelona, 1962, p. 24-26; Cecil, Jane — *Liberad y despotismo en América*. s. ed., Buenos Aires, 1942; p. 66-67; Bailey, Helen M. e Nasair, Abraham P. — *Latin America. The development of its civilization*. 1. ed., London, 1960, p. 253-255; Haring, Clarence H. — *El Imperio Hispánico en América*. 1. ed., Buenos Aires, 1966, p. 337-338; Atkinson, William C. — op. cit.; p. 257-259; Sobrequés Vidal, Santiago e Bellsolá Rey, A. — op. cit., p. 239-240; Préclin, Edmond — *Le XVIIIe siècle. v. I — La France et le monde de 1715 a 1789*. s. ed., Paris, 1952; p. 50-62; Roel Pineda, Virgilio — op. cit., p. 49; Piétri, François — *Vecindad Historica. Españoles y franceses*. s. ed., Madrid, 1951, p. 53-55.

micas, que trouxeram como resultantes imediata revisão e paulatina restauração da Metrópole e do Império. (25)

Terminara o tempo de reis hesitantes como Felipe IV e Carlos II e iniciava-se uma transformação tanto institucional, quanto pessoal. Felipe V (1701-1746) e Carlos III (1759-1788) apresentaram imagens distintas das precedentes. Houve em ambos o vigor e a vibração do século. Do Estado absoluto surgiu o despotismo “esclarecido”, com teorização adventícia. Frente ao soberano com poder incontestável colocou-se o monarca “iluminado”. Esta mudança encontrou sua evolução em três fases: do absolutismo prático à etapa teórica, que conduziu ao despotismo propriamente “ilustrado”.

Na Espanha aquele regime fez honra ao nome. A monarquia manteve sua forma, mas variou no espírito. A Ilustração significou a racionalização do Estado. O rei atraiu para sua pessoa toda a vida política e colocou a seu redor a esfera administrativa, em atitude cada vez maior de aproximação com os súditos.

Concentrou-se o interesse da Coroa na prosperidade, caminho para tornar o povo feliz. Assim, comércio, agricultura, indústria, navegação, vias de comunicação, “regadios” foram estimulados para melhorar as condições de vida, para bem situar as gentes e, afinal, rejuvenescer uma Espanha avelhantada. (26)

- 
- 25) Cf. Aguado Bleye, Pedro e Alcazar Molina, Cayetano — Manual de Historia de España. t. III — Casa de Borbón (1700-1808). España Contemporánea (1808-1955). 6. ed., Madrid, 1956, p. 147-149; Ulloa Cisneros, Luis, Camps Cazorla, Emilio; Camps Llopis; Federico e Reventós Bordoy — La Casa de Borbón (Siglos XVIII a XX), in Pericot Garcia, Luis, dir. — op. cit., t. V. p. 77-79; Reglá, Juan, dir. — op. cit., t. II, p. 612-614; Zabala y Lera, Pio — op. cit., p. 16-18; Te Paske, John J. — La crisis del siglo XVIII en el Virreinato del Peru, in Historia y Sociedad en el mundo de habla española. 1. ed., México, 1970, p. 276-278; Caranda, Ramón — El Despotismo Ilustrado de los “amigos del país”, in Carande, Ramon — Siete estudios de Historia de España. 2. ed., Sevilla, 1971, p. 146-148; Moraes Padrón, F. — Manual de Historia Universal. t. V. — Historia General de América. s. ed., Madrid, 1962, p. 722-724; Beneyeto Perez, Juan — op. cit., p. 450-452; Boccardo, Jeronimo — op. cit., p. 247.
- 26) Vejam-se as obras sc.: Sanchez Agesta, Luis — El pensamiento político del Despotismo Ilustrado. s. ed., Madrid, 1953; Id. — España y Europa en el pensamiento español del siglo XVIII. s. ed., Madrid, 1955; Palacio Atard, Vicen'e — El Despotismo Ilustrado Español, in Arbor, Madrid, t. VIII, n.º 22, julio/agosto 1947; Id. — Los Españoles de la Ilustración. s. ed., Madrid, 1964; Cassirer, Ernst — Filosofía de la Ilustración. 4. ed., México, 1975; Puy, Francisco — El pensamiento tradicional en la España del siglo XVIII (1700-1760). s. ed., Madrid,

O grande labor que se oferecia ao governo “esclarecido” estava, portanto, dentro da linha de seu próprio pensamento: desenvolvimento econômico e fomento material.

O primeiro dos Borbons aceitou de imediato o desafio. Contou ele, no início de seu reinado, com o auxílio de personalidade singular — o Cardeal Júlio Alberoni. (27)

A agricultura atraiu primeiro as atenções do político prelado. Sob sua inspiração foram abolidas as taxas sobre os cereais e incrementados os arroteamentos. Depósitos de grãos foram organizados — “pósitos” — bem como um banco de empréstimos agrícolas, criado com o objetivo de auxiliar os produtores, principalmente por meio de adiantamentos em dinheiro e espécie para a sementeira. Promoveu reflorestamentos na Mancha e Castilla e novos cultivos em Sierra Morena. Salutares foram ainda suas medidas econômicas, onde se destacam a reparação e abertura de caminhos. (28)

---

1966; Hazard, Paul — O pensamento europeu no século XVIII. s. ed., Lisboa, 1974, v. II, Herr; Richard — España y la Revolución del s'glo XVIII. s. ed., Madrid, 1964; Walzel, Oscar — La Ilustración Europea; in Goetz, Walter, dir. — op. cit., t. VI — La época del Absolutismo 1660-1789). 7. ed., Madrid, 1968.

- 27) Julio Alberoni (1664-1752) foi incorporado à História da Espanha por ocasião do casamento de Felipe V com Isabel Farnésio, do qual foi mentor. Cauelosamente insinuou-se junto aos soberanos, chegando a ministro sem pasta e árbitro da política do Reino. A falência de seus projeos internacionais levou-o à desgraça. Frente à ameaça de quádrupla coalisão, Felipe V decidiu abrir mão da política ofensiva. A primeira providência foi alijar seu incentivador, conforme Real Decreto de 4 de dezembro de 1719... “Estando continuamente inclinado a procurar a mis súbditos los beneficios de una paz general, trabajando has a este punto para llegar a los tratados honrosos y convenientes que pueden ser duraderos y queriendo con esta mira quitar todos los obstáculos que puedan ocasionar la menor tardanza a una obra, de la cual depende tanto el bien público, como así mismo por otras jus as razones, he juzgado a propósito el alejar al Cardenal Alberoni del os negocios de que tenían manejo y al mismo tiempo darle, como lo hago. mi Real Orden, para que se retire de Madrid en el término de tres semanas, con prohibición de que no se emplee más en cosa alguna de gobierno, ni comparecer en la Corte ni en otro lugar donde Yo la Reina o cualquier Príncipe de mi Real Casa se pudiese hallar”. (Belando, Fray Nicolás de Jesús — Historia Civil de España y sucesos de la guerra e tratados de la paz; desde el año de mil setecientos hasta el de mil setecientos treinta y res. Madrid, MDCCXL, p. 244; in Diaz — Plaja; Fernando — La Historia de España en sus Documentos El siglo XVIII. s. ed., Madrid, 1955, v. II p. 131).
- 28) Cf. Boccardo, Jeronimo — op. cit. p. 247-248; Bleiberg, Germán, dir. — Diccionario de Historia de España. 2. ed., Madrid, 1968, t. I; p. 94; Zabala y Lera, Pio — op. cit., p. 18-19; Anes Álvarez; Gonzalo — Losósitos en la España del siglo XVIII, in Anes Álvarez, Gon-

Dois grandes obstáculos embaraçavam o desenvolvimento interno espanhol: a inexistência de adequada rede de estradas e a sobrevivência das aduanas interiores. O regime borbônico propôs-se a superar estes fatores limitantes e empreender política nitidamente voltada à coesão das várias províncias. Em 1718 cédulas reais dispunham sobre a construção de vias de comunicação e em 1767, no reinado de Carlos III, os "caminos reales" foram pavimentados. Surgiram daí quatro grandes rotas: de Madrid à Barcelona, passando por Zaragoza; de Madrid à Valencia; de Madrid à Andalucia, tocando Córdova, Granada, Sevilha, Málaga e Cádiz e a de Madrid à Galicia, que atingia Astorga e León, além de outras estradas importantes. Todas partiam da capital e delas nasciam vias subsidiárias. A construção de novos, a pavimentação dos principais e a melhoria dos caminhos existentes levou à substituição dos carromatos (29) pelas diligências. Os resultados foram compensadores — melhor serviço de correios e facilidades obtidas no transporte de gêneros e mercadorias. A aproximação de todas as "Espanhas" completou-se com o melhoramento dos portos — maiores e menores — de papel capital no carregamento e comércio ao largo da extensa costa espanhola.

Foi também atacado o sistema de aduanas interiores. A supressão dos "fueros" (30) de Aragão e Valencia foi decretada, seguindo-se, em agosto de 1717, a abolição das aduanas internas. As alfândegas permaneceram apenas nas fronteiras do Reino e portos do litoral. (31)

---

zalo — Economía e "Ilustracion" en la España del siglo XVII. 2. ed., Barcelona, 1972, p. 73-78; Mercader, J. e Dominguez, A. — op. cit. in loc. cit. p. 225-226; Bailesteros Beret a, Anóni — op. cit., p. 379-381; Anderson, M. S. — op. cit., p. 203-204; Aguado Bleye Pedro e Alcázar Moinla, Cayetano — op. cit., t. III, p. 84-91; Reglá, Juan; dir. — op. cit., t. II, p. 599-600; Ulloa Cisneros, Luis; Camps Cazorla, E. Camp Llopis, Federico e Revenós Bordoy, Manuel — op. cit. in loc. cit. t. V, p. 38-43; Terrerc, Jose — op. cit., p. 332-334; Comellas; Jose Luis — op. cit., p. 304-309.

29) Carro de rodas grandes, cujo tabuleiro é formado de cordas entrançadas.

30) Dava-se o nome de "fuero" ao estatuto jurídico das cidades ou populações da Espanha medieval, em que se recolhiam os privilégios e isenções concedidas à localidade pelo rei ou senhor, as normas do direito consuetudinário local em conjunto ou em alguns de seus aspectos e, ainda as regras da constituição político-administrativa do município. (Cf. Bleiberg, Germán, dir. — Diccionario de História de España. 2. ed., Madrid 1968, t. II, p. 142-147).

31) A medida não agradou a vascos e navarros, que protestaram até que se restabelecesse uma linha aduaneira seguindo a rota do Ebro. Ex-

A progressiva estabilização econômica e financeira do reinado de Felipe V e às reações altistas do período de Fernando VI (1746-1759) seguiu-se a intervenção uniformista de Carlos III, de forte repercussão na administração e comércio indiano.

Quis o rei "ilustrado" dispor de funcionários competentes e fez-se assistir por ministros — italianos ou recrutados entre a burguesia espanhola — que o auxiliaram a destruir a estrutura arcaica dos conselhos aristocráticos, substituindo-os por uma superintendência burocrática.

Acima dos conselhos foram criados ministérios. Cada província ficou sob a autoridade de um intendente — do qual dependiam as finanças e a administração geral — e de um capitão-general-chefe do exército — ao mesmo tempo que era conferida a um tribunal toda a competência judiciária.

Era a adequação para a península do sistema administrativo francês. Substituiu ao antigo regime uma administração unificada, hierarquizada, sob a autoridade única do rei, agora liberto da tutela da oligarquia da nobreza. (32)

A obra de centralização monárquica estendeu-se também às colônias, que passaram a ser governadas diretamente da Metrópole. À medida que transcorria o século XVIII projetava-se a América cada vez mais sobre si mesma. O Atlântico, dois séculos depois da descoberta do Novo Mundo, achava-se transformado numa vasta planície líquida, em que o "Mar-Oceano" sofria a partilha política e econômica das grandes potências.

O conseqüente desenvolvimento das zonas ultramarinas condicionou a criação de instituições próprias para vastos territórios que não podiam ser governados desde Lima. A estrutura do governo colonial foi readaptada às necessidades, graças a novo agrupamento das possessões americanas. Em lugar de três, os Vice-Reinos passaram a ser quatro: Nova Espanha, Peru, Nova Granada e do Rio da Prata, subdivididos, cada um, em intendências. Para estas chefias eram enviados da Espanha inspetores extraordinários que tinham a seu cargo assegurar a execução de reformas empreendidas

---

plica-se. As províncias do Norte empenhavam-se em reforçar seu comércio exterior que, a partir de 1728, assen.ar-se-ia na Companhia Guipuzcoana de Caracas.

32) Veja-se, para maiores esclarecimentos, a obra de Rodrigues Casado, Vicente — La política y los políticos en el reinado de Carlos III. 2.ª ed., Madrid, 1962.

na administração da justiça e nos serviços dos correios e das minas. (33)

O trabalho de reestruturação, no entanto, custava caro à Coroa. Havia, cada vez mais, necessidade de um sustentáculo econômico, não apenas para os organismos administrativos, como também para as dotações militares.

As Índias ofereciam, ainda, problemas diversos no campo econômico. Desde o século XVI as províncias do ultramar haviam progredido consideravelmente. Nelas constituiu-se uma população de cultura espanhola é certo, mas propriamente americana, que tinha necessidades específicas e distintas da Metrópole, tendo em vista o fenômeno de "aculturação" em terras e águas ultramarinas. As reivindicações das populações transmarinhas aliadas à preocupação dominante dos monarcas borbônicos de aumentar seus recursos tornaram, malgrado os monopólios e contrabando estrangeiro, o século XVIII um grande século colonial.

As grandes potências aparelhavam-se cada vez mais para a disputa das possessões americanas. Com isto, a Espanha, quisesse ou não, via-se obrigada a integrar-se no sistema econômico das nações atlânticas. Nada mais claro que somente a mercancia exterior, unida à indústria e à proteção alfandegária, poderia levantar as rendas da Nação, mediante fiscalização da balança de comércio, em lugar da insolvente acumulação de dinheiro, quer em ouro, quer em prata. (34)

33) Cf. Bellotto, Manoel Lelo — *Correio Mari'imo Hispano-Americano. A carreira de Buenos Aires (1767-1779)*. 2.ª ed., Assis, 1971, p. 36-37; Avellino Yvone Dias — *a prata de Veracruz na época do "Comércio Livre" (1778-1787)*. São Paulo, 1972, p. 127-133; Haring, Clarence H. — op. cit., p. 151; Puiggros, Rodolfo — *Historia Economica del Rio de la Plata*. 3.ª ed., Buenos Aires, 1966, p. 59; Perez-Bustamante, C. — op. cit., p. 442-443; Beneyo Perez, Juan — op. cit., p. 470-472; Arcila Farias, Eduardo — *El siglo ilustrado en America. Reformas economicas del siglo XVIII en Nueva España. Contribucion al estudio de las instituciones hispanoamericanas*. s. ed., Caracas, 1955, p. 184-190; Lynch, John — *Administracion Colonial Española*, 2.ª ed., Buenos Aires, 1967, p. 11-13; Dias, Manuel Nunes — *El Real Consulado de Caracas (1793-1810)*. s. ed., Caracas, 1971, p. 109.

34) Cf. Bellotto, Manoel Lelo — op. cit., p. 24; Vilar, Pierre — op. cit., p. 373-375; Palacio Atard, Vicente — *Los españoles de la Ilustracion...*, op. cit., p. 33-34; Préclin, Edmond — op. cit., t. II — *Les forces internacionales*. 1.ª ed., Paris, 1952, p. 629-642; Barre, Raymond — op. cit., v. 4 — *Relações Econômicas Internacionais*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1970, p. 17-20; Clark, George — op. cit., p. 179-183; Deyon, Pierre — op. cit., p. 41-44; Brinon, Crane, Christopher; — John B. e Wolff, Robert Lee — *Civilization in the West*. 3.ª ed., Englewood Cliffs, New Jersey, 1965, p. 369-372; Lefranc, Georges — op. cit., p.

Apesar de a realidade ser evidente, o país permanecia fiel ao regime de exclusivismo comercial. Todo um conjunto de usos políticos, econômicos e sociais, frutos de antigo procedimento burocrático, impediam o Reino de atingir o capitalismo industrial. A escassez de produção interna, por sua vez, obrigava-o a satisfazer suas necessidades por meio dos metais preciosos. Esta imperatividade criava um flanco altamente vulnerável na estrutura econômica da Nação. A concentração da renda impossibilitava, na prática, o desenvolvimento de outros setores econômicos de mercado interno. Desta forma a Espanha tinha que importar quase tudo que necessitava e o grande volume das importações acabava por esvaziar as rendas geradas pelo setor exportador.

Cedo os Borbons de Madrid perceberam a conveniência de incentivar as fontes geradoras de riqueza. A política revisionista que encetaram caracterizou-se pelo fato de ser o rei apoiado por representativo movimento de opinião. Modificado pela influência da reativação da economia, o escol da Península tinha seus centros principais nos portos, cidades industriais e universidades como a de Valência e Alcalá. Acreditaria nas boas intenções do trono e agrupava-se em torno do soberano. Esperava da autoridade real o renascimento do país. Por toda parte constituíam-se "Sociedades dos Amigos do País" apoiando a política do monarca, figura de paladino do bem, da justiça e da emancipação econômica. (35)

Fato importante centrava a vida da Espanha de então:

---

79-80; Cons. Henri-Precis d'Histoire du Commerce, s. ed., Paris, 1896; t. II, p. 31-33; Touchard, Jean, dir. — op. cit.; v. 4 — Declínio do Absolutismo. O século das luzes. s. ed., Lisboa, 1970, p. 75-83; Robinson, E. A. G. — Monopólio. 1. ed., México, 1942, p. 171-174.

- 35) Cf. Sarrailh, Jean — L'Espagne Eclairée de la Seconde moitié du XVII<sup>e</sup> siècle. 2. ed., Paris, 1964, p. 223-229; Vilar, Pierre — Histoire de l'Espagne. 10. ed., Paris, 1976, p. 41-42; Herr, Richard — op. cit., p. 124-126; Palacio Atard, Vicente — Los Españoles de la... op. cit., p. 33-34; Id. El Despotismo Ilustrado Español... op. cit. in loc. cit., p. 49-50; Mousnier, Roland e Labrousse, Ernest — Le XVII<sup>e</sup> Siècle. L'époque des "Lumierés" (1715-1815), in Crouze, Maurice, dir. — Histoire Générale des Civilisations. 5. ed., Paris, 1967; t. V, p. 195-196; Sanchez Agesta, Luis — El pensamiento político del Despotismo Ilustrado... op. cit., p. 98-103; Rodriguez Casado, Vicente — La política y los políticos... op. cit., p. 250-256; Anes Alvarez, Gonzalo — Coyuntura económica e Ilustración: las Sociedades de Amigos del País, in Anes Alvarez, Gonzalo — op. cit., p. 22; Aguado Bleye, Pedro e Alcázar Molina, Cayetano — op. cit., t. III; p. 327-332; Dias, Manuel Nunes — El Real Consulado... op. cit., p. 110-112; Carande, Ramón — op. cit. in loc. cit., p. 147-150.

a existência de problema econômico da maior profundidade, cuja solução, em um ou em outro sentido, dependia em grande parte do êxito do empresariado nacional. (36)

Aquela categoria social levaria a cabo, em toda a Europa e mais tardiamente na Espanha, uma revolução política, ideológica e social, cujo longo processo iniciou-se na Baixa Idade Média, nas orlas marítimas do Ocidente cristão.

A mentalidade empresarial, que se cristalizou em meados do século XVIII, manteve como valor principal em sua hierarquia o culto da riqueza e projetou suas energias para a mobilização dos bens econômicos. (37)

Na Espanha a exploração comercial e marítima cresceu unida aos negócios ultramarinos. Para adquirir este direito, corporações de mercadores de diversas cidades litorâneas envidaram esforços correspondentes aos seus anseios. (38) Tinham eles fortes aliadas — as influências doutrinárias que buscavam meios de obter a opulência econômica do Estado. (39)

- 36) Pass. Dias, Manuel Nunes — O "Comércio Livre" entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789). s. ed., São Paulo, 1965, v. I; Id. — El Real Consulado... op. cit.; Rodriguez Casado, Vicente — La política y... , op. cit.; Avelino, Yvone Dias. A prata de Veracruz... , op. cit.; Garcia, Emanuel Soares da Veiga — Buenos Aires e Cadiz. Contribuição ao estudo do Comércio Livre (1789-1791). s. ed., São Paulo, 1974; Id. — O "Comércio Livre" entre Buenos Aires e os portos de Espanha (1792-1800). São Paulo, 1974; Pugliesi, Haidée Marquifave — A prata mexicana no circuito atlântico (1788-1790). São Paulo, 1973; Crespo, Suely Machado — Exportações pelo porto de Campeche para Veracruz (1801). São Paulo, 1975; Bellotto, Manoel Lelo — op. cit.; Sarrailh Jean — op. cit.
- 37) Cf. Dias Manuel Nunes — El Real Consulado... , op. cit., p. 105; Id. — O "Comércio Livre" entre Havana... , op. cit., v. I, p. 18-20; Id. — Mercantilismo e Companhias. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, v. XXVIII, fascs. 3-4, MCMLXV, p. 9-10; Herr, Richard — op. cit., p. 120-133; Palacio Atard, Vicen e — Los Españoles de la... , op. cit., p. 107-113; Rodriguez Casado, Vicente — La política y los... , op. cit., p. 66-69; Sarrailh, Jean — op. cit., p. 551-558; Vazquez de Prada, Valentin — op. cit., t. II — De la revolucion industrial a la Actualidad. 4 ed., Madrid, 1974, p. 28-29; Almirante y Crevea; Rafael — op. cit.; t. IV, p. 286-289.
- 38) "Compreende-se que a realeza aceitasse o alvitre da burguesia capitalista. Assim se confundem com os do trono. O objetivo final — acumulação de riqueza amedada correspondia às aspirações da política nacionalista, em que o Estado aparece como sujeito e objeto da ação econômica do mercantilismo, fomentador de estruturas nacionais"... (Dias, Manuel Nunes — O "Comércio Livre" entre... , op. cit., v. I, p. 20).
- 39) Teóricos da envergadura de um Jovellanos, que propunham fazer ressurgir a Espanha graças à iniciativa privada e à liberdade econômica. Vejam-se verbete "Jovalianos y Ramírez, Gaspar Melchor de (1744-1811),



O interesse da burguesia portuária pelo comércio com a América animou-se desde o advento do século e da nova dinastia. Em torno de Barcelona, cheios de expectativas, pequenos portos armavam frotas comerciais no intento de passar da mercancia de cabotagem para o tráfico atlântico. (40) Explica-se. Na política das alianças, durante a Guerra de Sucessão, a Catalunha apoiara Felipe d'Anjou. Os Áustrias haviam-se firmado nas planícies de Castela. Os Borbons preferiram transferir-se para uma nova região — a montanha do Norte espanhol. (41) Do sistema das alianças aguardava-se a concessão de regalias.

Os esperados privilégios não tardaram. A criação dos "navios de registro" (42) servindo de incentivo à livre iniciativa, admitiu a participação de capitais do Cantábrico e do Mediterrâneo — representados pelas Companhia Guipuzcoana de Caracas e Companhia de Barcelona — no tráfico americano. (43)

A instituição dos registros prefaciou a iniciação daquele empresariado na exploração mercantil do Atlântico, que se definiu por ocasião da criação das Companhias de Comércio e Navegação.

Iniciado no reinado de Felipe V, o sistema das companhias privilegiadas — instituições representativas do capitalismo comercial e financeiro — foi criado à imitação da Holanda e Inglaterra. Sob Fernando VI e Carlos III surgiram elas sucessivamente, com maiores ou menores resultados. Seu papel foi significativo tanto na evolução do regime econômico

---

in Bleiberg, Germán, dir. Diccionario de Historia de España. 2. ed., Madrid, 1968, t. 2, p. 562 e Soubeyroux: Jacques-L'Alcalde de Casa y Ccr e Gaspar Melchor de Jovellanos et les problèmes de l'Assistance à Madrid (1778-1780), in Cahiers de Monde Hispanique et Luso-Brésilien Caravelle), Toulouse, n.º 21, 1973, p. 105-114.

- 40) A Real Companhia de Barcelona comprova essa aspiração colonial e capitalística.
- 41) Cf. Basterra, Ramon de — Una empresa del siglo XVIII. Los navios de la Ilustracion. Real Compañia Guipuzcoana de Caracas y su influencia en los destinos de America. s. ed., Caracas, 1954, p. 15-20; Vilar, Pierre — Histoire de l'Espagne..., op. cit., p. 42-43; Crespo, Suely Machado — op. cit., p. 13-14; Avelino, Yvone Dias — A prata de Veracruz. ., op. cit., p. 50-52
- 42) Projeto de 5 de abril de 1720, in Levene, Ricardo — Documentos para la Historia Argentina. s. ed., Buenos Aires, 1915, t. V; p. 21-45. É oportuno ressaltar que, na Nova Espanha, o regime de frotas continuou, na realidade, pelo menos até a abertura do século XIX.
- 43) A partir daí foi-lhes permitido armar navios, obter registros e carregar e descarregar sem intermediários.

das colônias, quanto no desenvolvimento de portos marítimos da Metrópole. (44)

Apesar do rígido monopólio gaditano, a Coroa manteve seu intento de experimentar novo ensaio de especulação do tráfico americano, surgindo daí algo original na colonização moderna: a coexistência de dois monopólios: o de Cádiz e o das companhias. (45)

Principiava-se um mercantilismo de aspecto novo, mais adequado à situação regional espanhola, americana e internacional e mais identificado com os empresários portuários do Reino e do Ultramar.

A corrente constituída pela Escola Fisiocrática invadia a Espanha, terra clássica do monopólio. Duas pressões, principalmente, levaram o trono à paulatina renúncia da economia estatal: a impossibilidade de resistir ao contrabando e sua própria política de reformas.

Severas regulamentações e vigilância vedavam a entrada na Península de mercadores e mercadorias estrangeiras. Entretanto, ingleses, franceses e holandeses achavam-se instalados nos portos espanhóis e a proibição de importar cedia perante à necessidade. (46)

44) Cf. Dias, Manuel Nunes — O 'Comércio Livre' entre ..., op. cit., v. I, p. 74-75; Id. — El Real Consulado..., op. cit., p. 13-14; Palácoi Atard, Vicente — Los Españoles de la..., op. cit., p. 311-312; Arcila Farias, Eduardo — op. cit., p. 9-11; Barre, Raymond — op. cit., v. 1 — Introdução Geral. 3. ed., Rio de Janeiro, 1968, p. 72-74; Almiria y Crevea, Rafael — op. cit., t. IV, p. 296-298; Rodriguez Casado, Vicente — Política exterior de Carlos III en torno al problema indiano, in Revista de Indias, Madrid, ano V, n.º 16, abril/junio 1944; p. 235-242; Ciges Aparicio, Manuel — España bajo la dinastia de los Borbones. s. ed., Madrid, 1932, p. 89-98.

45) Vejam-se as obras de Dias, Manuel Nunes — Mercantilismo e Companhias e Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). s. ed., Pará, 1970, v. 1.

46) Cf. Haring, Clarence H. — op. cit., p. 335-337; Zavala, Silvio — The Colonial period in the History of the New World. 1. ed., México D. F., 1962, p. 139-140; Day, Clive — Historia del Comercio. s. ed., México; 1941, t. I, p. 188-189; O.s Capdequí, J. M. — El Estado Español en las Indias. 4. ed., México, 1965, p. 42-43; Dias, Manuel Nunes — O "Comércio Livre" entre..., op. cit., v. I, p. 61; Almiria y Crevea, Rafael — op. cit., t. IV, p. 280; Sanléy J. e Stein B. — op. cit., p. 86-88; Bleiberg, Germán, dir. — Diccionario de Historia de España. 2. ed., Madrid, 1969, t. III; p. 875-876; Herr, Richard — op. cit., p. 107-108; Aveiino, Yvone Dias — A prata de Veracruz..., op. cit., p. 71-72; Pantaleão, Olga — A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783. s. ed., São Paulo, 1946, p. 118-124.

Urgia encontrar dentro do programa de revisão, meio de dirimir tal ingerência.

Economistas teóricos vinham propondo, desde o reinado de Felipe V, que se estabelecesse a liberdade de comércio entre as diversas províncias do Reino, assim como entre a Metrópole e as possessões da América.

Argumentavam eles que de nada adiantava manter um rígido sistema mercantil colonial, visando impedir a entrada nas províncias ultramarinas de produtos estrangeiros, se a produção espanhola não era suficiente para atender à demanda dos domínios. Que o difícil, oneroso e inoperante combate ao contrabando seria superado se fosse permitido a todos os espanhóis comerciarem livremente sob iguais condições, propiciando, assim, uma redução de preços suficiente para enfrentar a concorrência estrangeira, bem como o comércio ilícito praticado por peninsulares carentes de oportunidades. (47)

A teorização econômica representada por assessores como Campomanes e Miguel de Muzquiz, entre outros, veio fortalecer a evidente necessidade de uma tomada de posição frente aos obstáculos que entravavam as relações comerciais entre a Metrópole e suas Índias Ocidentais.

A opinião esclarecida compreendia a conveniência de introduzir na economia espanhola profundas reformas — as “Sociedades Econômicas”, que fundavam escolas técnicas, reclamavam a liberdade de comércio, a supressão dos monopólios e facilidades para importação e exportação, enquanto, por outro lado, os acontecimentos internacionais davam sua parcela de contribuição no sentido de abalar os privilégios do Estado.

Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Inglaterra havia-se apoderado de Cuba e da Flórida. Suprimindo ali os monopólios estabelecidos pelo governo espanhol, provocara

47) Cf. Haring, Clarence H. — op. cit., p. 333; Lynch, John — *Administracion Colonial...*, op. cit., p. 19; Sédillot, René — *Histoire des Marchands et des marchés*. s. ed., Paris, 1964, p. 229-301; — Bleberg, Germán, dir. — *Diccionario de Historia de España*. Madrid, 1968, t. II, p. 733-735; Herr, Richard — op. cit., p. 107-108; Arcila Farias, Eduardo — op. cit., p. 12-14; Martínez Cardós, José — *Un informe de Campillo sobre la propuesta de una Compañia Holandesa para comerciar con la America Española*, in *Revista de Indias*, Madrid, año XXI, n.º 84, abr./junio — 1961, p. 225/269; Altamira y Crevea — op. cit., t. IV, p. 301-309; Day, Clive — op. cit., t. I, p. 188; Crespo, Suely Machado — *Consideração em torno da instituição do Comércio Livre no Vice-reino da Nova Espanha*, in *Anais de História*, Assis, an VII, 1975; p. 103.

rápido desenvolvimento comercial. Quando a ilha voltou à posse da Península — 1763 — em cumprimento à Paz de Paris (48), já não havia condições de reviver os métodos antigos e foi mantida a “liberdade de comércio” com Espanha e América.

Aquela brecha na política de abarcamento teve seu final em 1774, quando Cadiz perdeu o exclusivismo do tráfico com o Novo Mundo e Sevilha a situação privilegiada que devia ao regime de economia de Estado. Abriam-se rombos no monopólio comercial, defraudado pela irresistível influência do alto capitalismo internacional.

Entretanto, a Coroa vacilava.

A liberdade de comércio apresentava duas alternativas conflitantes: ao mesmo tempo fomentava e dava saída à produção das colônias e permitia a dominação comercial das nações rivais da Espanha.

Enquanto permanecia o impasse, as atividades de contrabando, tanto na Espanha quanto nos domínios ultramarinos, prosseguiram. As Companhias comerciais e os remendos no antigo sistema mercantil — sucessivos decretos emitidos a partir da segunda metade do século — não haviam obtido êxito nas tarefas de extirpar o comércio ilícito ou melhorar

---

48) Tratado definitivo concluído entre el Rey Nuestro Señor y Su Magestad Cris ianísima, por una parte, y Su Magestad Británica, por otra, en París, a 10 de febrero de 1763, al cual accedó Su Magestad Fidélissíma el mismo día, mes y año. “En el nombre de la Santísima e indivisible Trinidad, Padre, Hijo y Espíritu Santo, así sea. Sea notorio a todos aquellos a quienes toque o pueda tocar en cualquier manera. El Todo Poderoso se ha servido derramar el espíritu de unión y concordia sobre los Príncipes cuyas disensiones habian perturbado las cuatro partes del mundo e inspirarles el designio de hacer que los dulces beneficios de la paz se sigan a las calamidades de una larga y sangrienta guerra que después de haberse movido entre Francia e Inglaterra durante el reinado del... Príncipe Jorge II... se ha continuado en el Reinado de Jorge II su sucesor comunicándose en sus progressos a España y Portugal.

... Artículo XIX: El Rey de la Gran Bretaña restituirá a la España todo el territorio que ha conquistado en la isla de Cuba con la plaza de la Habana; y es'a plaza como también todas las demás plazas de dicha isla se restituirán en el mismo estado en que estaban cuando fueron conquistadas por las armas de S. M. Británica"... (Colección de tratados de paz, alianza, comercio; etc., ajustados por la Corona de España con las potencias extrangeras desde el Reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. Publícase por disposición del Excmo. Sr. Príncipe de la Paz... de orden del Rey. Madrid, la imprenta Real, t. III, año de 1801, págs. 235 y sigs., in Díaz-Plaja, Fernando — op. cit., p. 258-259).

de forma apreciável o comércio e a receita do país e do império.

Lentamente ganhava terreno, entre as camadas dirigentes, a convicção de que o comércio livre entre súditos espanhóis, baseado em termos de igualdade, constituiria o único meio de reduzir os preços e competir com os traficantes ádvenas. (49)

O primeiro passo fora dado em 1764, com as criações de uma Junta Técnica encarregada de resolver problemas comerciais e do Correio marítimo hispano-americano. (50)

Em fevereiro de 1765, a Junta apresentou à Coroa a "Consulta sobre lo projecto de Comercio de America". Estes informes muito cooperaram no sentido de que se encetasse um processo de mudança no tráfico colonial. Prova disso seria o "Decreto y Real Instrucción" de 16 de outubro de 1765, que regulava as relações comerciais entre a Espanha e as Antilhas. (51)

Aquela legislação não se alvitrava ainda a estabelecer o comércio livre, mas representou considerável avanço na direção deste intento. Ao mesmo tempo que ampliou o número de portos autorizados a comerciar com as Índias (52) e os habilitados a receber mercadorias da Metrópole (53), rebaixou os

49) Haring declara que a necessidade de reorganização e defesa imperial fez ainda mais vigoroso o exemplo de Havana e que ambos os motivos teriam influído na decisão da Coroa de instituir o comércio livre. (Cf. op. cit., p. 346; Day, Cilve — op. cit., t. 1, p. 190).

50) Veja-se "O Correio Marítimo Indiano", in Bellotto, Manoel Lelo — op. cit., p. 43-51.

51) "Permítese el comercio libre á las islas de Barlovento, y se da la instrucción de lo que se debe practicar, para que tengan cumplido efecto las Reales intenciones de S. M. en la libertad de este comercio". (16 de Octubre de 1765)

"Como cuidadoso siempre de la felicidad de mis vasallos, no perdóno incomodidad alguna en examinar los medios que puedan proporcionarsela, y los motivos que se la dificulten para removerlos, y que logren de los alivios y satisfacciones, que mi Real propension les desea, he hallado, que siendo la Isla de Cuba, y las demas de Barlovento, capaces de un comercio de mucha consideracion, y que es podía dejar ventajas conocidas, no le hacen, y se hallan sin proveer de los viveres, frutos y generos que necessitan sus naturales, dando esto mayor campo al fraude, y contrabando": ... (Levene, Ricardo — Documentos para la Historia Argentina. s. ed., Buenos Aires, 1915, t. V — Comercio de Indias. Antecedentes — Legales (1713-1778), p. 197-198).

52) Cádiz, Sevilha. Alicante, Cartagena, Málaga, Barcelona, Santander, La Coruña e Gijón.

53) Portos das ilhas antilhanas de Cuba, Santo Domingo, Porto Rico, Margarita e Trinidad.

direitos que as gravavam pelo transporte e entrada nas colônias, instituindo imposto *ad valorem*, para substituir o de "palmeo" e toneladas.

Abria-se outra fenda no monopólio dos mercadores gadi-tanos e iniciava-se o processo de reestruturação do Sistema Colonial. (54)

Concessões de natureza semelhante estenderam-se a ou-tres partes do Império. Em 1768 à Luisiana; em 1770 a Campeche e Yucatan; em 1776-1777 a Santa Marta e Río de la Hacha, no litoral de Nova Granada; em 1778 a Buenos Aires, Peru e Chile (55) e finalmente, pelo Real Decreto de 12 de outubro de 1778 a todas as demais províncias americanas, exceto Nova Espanha e Venezuela (56), respectivamente áreas dos mono-

---

54) Cf. Dias, Manuel Nunes — O "Comércio Livre" entre..., op. cit., v. I, p. 128-129; Garcia, Emanuel Soares da Veiga — Buenos Aires e Cadiz. Contribuição..., op. cit., p. 38; Id. — O "Comércio Livre" entre Buenos Aires e..., op. cit., p. 50-51; Be'loto, Manoel Lelo — op. cit., p. 25; Avelino Yvone Dias — A prata de Veracruz..., op. cit., p. 88-89; Pugliési, Haidée Marquafave — op. cit. p. 71; Cresoo Suely Machado — Exportações pelo porto de Campeche... op. cit., p. 18; Pan'aleão, Olga — op. cit., p. 231-232; Voltes Bon, Pedro — Repercusiones de la Guerra de Independencia de los Estados Unidos en el comercio español de Indias, in Revista de Indias, Madrid, año XIX, n.º 76; abril/junio 1959; p. 213-221.

55) "Previense las reglas y condiciones, con que se puede hacer el comercio desde España á la provincia de la Luisiana (23 de Marzo de 1768)". "Estiendese á la provincia de Yucatan, y Campeche la gracia del libre comercio, concedida á las Islas de Barlovento (5 de Julio de 1770)". "Ampliacion de comercio libre a Buenos Aires (2 de Febrero de 1778)".

Veja-se Levene, Ricardo — op. cit., t. V, p. 219; 249; 401.

56) "Puer'os señalados en los Dominios de America para destino de las Embarcaciones".

"En los Dominios de Amriea he señalado igualmente, como Puertos de destino para las Embarcaciones de este Comercio, los de San Juan de Puerto Rico, Santo Domingo y Mon'e-Christi en la Isla Española; Santiago de Cuba, Trinidad, Ba alanó, y la Habana en la isla de Cuba; las dos de Margarita, y Trinidad; Campeche en la Provincia de Yucatán; el Golfo de Santo Tomas de Casilla y el Puerto de Omoa en el Reyno de Goatemala; Cartagena, Santa Marta, Río de la Hacha, Por ovelo y Chagre en el de San'a Fé, y Tierra Firme; (exceptuando por ahora los de Venezuela, Cumaná, Guayana y Maracaybo concedidos a la Compañía de Caracas sin privilegio exc'us'vo) Montevideo, y Buenos-Ayres en el Río de la Plata; Valparaiso, y la Concepción en el Reyno de Chile; y los de Arica, Callao, y Guayaquil en el Reyno del Perú y Costas de la Mar del Sur". (Reglamentos y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias de 12 de Octubre de 1778. Madrid. En la Impren'a de Pedro Mar'n. Aricu'o 5, p. 8-9. Archivo General de Indias. Sevilla. Indiferente General 1443).

pólios do Consulado do México e da Companhia Guipuzcoana de Caracas. As necessidades fiscais permaneciam como pesado entrave e sob sua pressão o México foi excluído da reforma de 1778.

Contudo, ainda que com limitações, alguns benefícios foram estendidos ao vice-reino pela Real Ordem de 22 de março de 1779. (57) Outra determinação legal que o tornou partícipe, foi da liberdade de comerciar com a Metrópole em navios de particulares, por Real Cédula de 30 de outubro de 1787. (58)

Aquela ordem veio acompanhada de outra, dirigida ao Consulado de Mercadores da Cidade do México, para que a corporação informasse sobre tudo que considerasse oportuno "para beneficio del comercio, fomento de nuestras fábricas, agricultura e industria". (59)

Para cumprir o encargo, o Consulado convocou uma "Jun-

---

Este documento encontra-se publicado, na In'egra, in Levene, Ricardo — op. cit., t. VI — Comercio de Indias. Comercio Libre (1778-1791). p. 3-133.

- 57) "Deseando el rey que todas las provincias de sus domin'os d'sfru'an os ventajosos efectos de la protecc'ón que dispensa al comercio act'ivo nacional, se ha serv'ido conceder es'e año once registros para Veracruz, de los cuales seis han de salir de Cádiz, con azogues, y los cinco restantes de los puertos de Málaga, Alicante, Barcelona, Santander y la Coruña, debi'endo todos ellos ser admitidos y tratados en ese reino con perfecta igualdad, sin que a los de ninguna provincia sea l'icito exigir ni obtener preferencia alguna sobre los demás".

"Estos once registros, que con las más es'rechas órdenes se ha mandado estén ya navegando en todo el mes de julio próximo, se han de despachar en las aduanas de los respectivos puertos de donde procedan con total conform'idad al reg'amento y aranceles de 12 de octubre último, y las mismas reglas se han de observar respecto de ellos en Veracruz. Por conseqüente, todos los efectos que llevaren, gozarán las rebajas, exenciones de derechos y demás gracias que el Rey se ha dignado conceder a las naves del comercio libre en todos los demás domin'ios de Indias, pero al mismo tiempo se observarán con sus cargamentos las precauciones prescritas en la expresada cédula para obviar toda negociac'ón ilícita". (Informe reservado del Oidor de la Audiencia de México, don Eusebio Ventura Beleña, al E. S. — Virrey de Nueva España, Conde de Revillagigedo, sobre el actual estado del comercio del mismo reino. Párrafos 136, 137, 138, in Revillagigedo, Juan Vicente de Guemes Pacheco de Pad'lla, conde de, Ventura Beleña, Eusebio e Murphy, Tomás — El Comercio Exterior y su influjo en la Economía de la Nueva España (1793). Colección de Documentos para la Historia del Comercio Exterior de México. México 1960, t. IV, p. 101).

- 58) "Real ordem de 30 de outubro de 1787, in idem, p. X.

- 59) Solicitação de informes ao Prior do Consulado do México, de 30 de outubro de 1787, apud Arcila Farias. Eduardo — op. cit., p. 105.

ta General" que decidiu contestar uma a uma as questões sobre as quais havia sido consultada. A 31 de maio de 1788, já estava elaborada a resposta a cada um dos pontos abordados pela Real Ordem de outubro de 1787.

Na mesma ocasião o governo de Madrid consultou, também, o consulado de Cádiz.

O núcleo do "Informe del Consulado de Cádiz" (60) tratava de estabelecer tempo fixo para a partida de todos os barcos com licença para o comércio com a Nova Espanha, assinalando a urgente necessidade de restabelecer a feira de Jalapa (61) e sugerindo, ainda, que Cádiz deveria ser o único porto habilitado para o reembarque de produtos não espanhóis destinados ao vice-reino.

Em seus comentários, Don Antonio Flores (62) advertia que, apesar das precauções tomadas para dissimulá-la, a idéia dos comerciantes andaluzes era voltar ao regime de frotas e às práticas monopolistas que resultavam deste sistema.

Os mercadores do México não foram tão sutis quanto seus colegas gaditanos.

O "Informe del Consulado de México" (63) estabelecia que o único remédio para o enfermeiro comércio da Nova Espanha seria limitar a importação de frutos espanhóis a expedições anuais e os produtos estrangeiros a remessas cada dois ou três anos. Em relação ao comércio de Acapulco com outros portos do Oceano Pacífico, os negociantes mexicanos criam que reembarcar mercadorias européias do vice-reino para o Peru, não traria nenhum prejuízo ao tesouro espanhol. Para tanto, solicitavam ao rei a anulação da parte da Cédula de 1774 (64), que proibia este tipo de comércio e finalmente, re-

60) "Extracto del Informe hecho al rey por el Consulado de Cádiz de marzo de 1788 con las notas y observaciones puestas por un anónimo que se firma don Antonio Flores, en Cuadro de la Situación Económica Novo-Hispana ne 1788, México, 1934, pp. 72-92; apud Tandron; Humberto — El Comercio de Nueva España y la Controversia sobre la Libertad de Comercio. 1796.1821. s. ed., México, D. F., 1976; p. 11.

61) Veja-se. para o assunto, a obra de Real Díaz, José Joaquín — Las Ferias de Jalapa. s. ed., Sevilla, — 1959.

62) Cf. Nota 60.

63) "Informe del Consulado de México, mayo 31 de 1788", en Cuadro de la Situación Económica Novo Hispana en 1788, México, 1934, pp. 11-55; apud Tandron, Humberto — op. cit., p. 12.

64) "Real Cédula por la que se Declara el comercio delos frutos; que Producen los Quatro Reynos del Perú, Nueva España, Nueva Granada, y Guaymalá. 20 de Enero de 1774, Párrafos 4.º e 5.º, in Levene; Ricardo — op. cit., t. V, p. 306.310.



queriam ao monarca uma redução geral de todos os impostos de importação e exportação.

Aqueles informes, naturalmente contrários à liberdade mercantil, pesaram menos que os resultados obtidos nas outras colônias — rápido aumento da produção e do consumo — (65), demonstrativos de que o sistema era o mais conveniente para a monarquia espanhola, bem como para seus leais vassallos. Por Real Ordem de 28 de fevereiro de 1789, Nova Espanha passou a usufruir, formalmente, das prerrogativas anteriormente concedidas pelo Regulamento de 1778. (66)

No mesmo período foram, ainda, eliminadas muitas das restrições sobre o comércio ultramarino.

Assim, por ocasião da morte de Carlos III, mesmo que o comércio americano estivesse ainda reservado à Espanha e

---

65) "En consideración al aumento que han tenido las fábricas, la marina mercante, y los frutos y efectos de mis dominios con la libertad del comercio de Indias, que han dado una actividad extraordinaria a la navegación, moderado los fletes, seguros, premios y comisión, a lo cual ha sido consiguiente la grande ventaja de la equidad de los precios en beneficio de los consumidores y del comercio en general... He resuelto, después de oídos los informes que mandé tomar de todos los consulados en los puertos habilitados para el comercio de Indias y el de México, que por ahora has a nueva providencia, sea libre para Nueva España y Caracas, el de frutos y manufacturas nacionales, y que puedan embarcar-se géneros extranjeros de lícito comercio hasta la tercera parte del valor total de cada cargamento". ("Real Orden de 28 de febrero de 1789). Disponiendo sea libre para Nueva España y Caracas el comercio de frutos y manufacturas nacionales, con otras disposiciones sobre el asunto", in Levene, Ricardo — op. cit., t. VI, p. 393-394).

66) Tudo leva a crer que as vantagens concedidas a Veracruz pela Real Ordem de 22 de março de 1779 tenham-se, na realidade, ampliado. As quantidades apuradas por Yvone Dias Avelino em seu trabalho "A prata de Veracruz na época do "Comércio Livre" (1778-1787)" comprovam que, ao menos, a partir de 1784 já se encontram, nítidos, os registros do "comércio livre". Ainda uma cara reservada do segundo Conde de Revillagigedo, dada de agosto de 1793, leva à antecipação destes registros para 1780: "... creían que únicamente podría restablecerse el comercio que suponían en estado de decadencia... lejos de haber decadencia hay aumentos muy visibles en el Comercio y felicidad de estos Reinos comparados los trece años del comercio libre con los últimos de flotas". ("El virrey de Nueva España, Conde de Revillagigedo, informe en el expediente sobre averiguar si hay decadencia en el comercio de aquellos reinos, y en caso de haberla hallar las causas de ella y sus remedios y proporcionar los auxilios más a propósito para dar mayor extensión al tráfico mercantil. 31 de agosto de 1793". In Revillagigedo, Juan Vicente de Guemes Pacheco de Padilla, conde de, Ventura Beleña, Eusebio e Murphy, Tomás — op. cit., p. 5-6).

aos espanhóis, permanecia aberto a quase todos os portos e súditos do império.

Subiu, então, ao trono Carlos IV (1788-1808), para de-  
frontar-se, no ano seguinte, com acontecimento que alteraria  
todo o equilíbrio da Europa Ocidental.

O despotismo ministerial daquele rei fez da política es-  
panhola um jogo de alterações que acabou por lançar o país  
à injunção de guerras consecutivas. (67)

Em 1796, depois de dois anos de aliança com a Grã-Bre-  
tanha na luta comum contra a República Francesa, a Espa-  
nha retomou sua política tradicional e uma vez mais o gover-  
no de Madrid aliou-se com a França. Esta união envolveu o  
império espanhol em contenda com a Inglaterra, que durou  
desde 1796 até 1808, com exceção de breve trégua em  
1802-1803.

A luta levou a Metrópole à situação de extremas dificul-  
dades políticas e econômicas, que se projetaram sobre os  
negócios do ultramar.

Uma ordem real emanada a 23 de agosto de 1796, quatro  
dias depois que a Espanha declarara guerra à Grã-Bretanha,  
indicava as dificuldades marítimas previstas por Madrid e  
quebrava definitivamente o monopólio dos negociantes espa-  
nhóis no tráfico indiano.

Aquele documento autorizava aos hispano-americanos  
participar no comércio transatlântico, "en el modo y forma  
que lo ejecutan desde España los comerciantes espa-  
ñoles". (68) Deste modo, os habitantes dos domínios ultrama-  
rinos podiam levar para a Mãe-Pátria os produtos america-  
nos em seus próprios barcos e retornar ao Novo Mundo com  
mercadorias e manufaturados europeus.

Abriam-se os negócios das colônias entre si e destas com  
a Metrópole, estímulo para a produção que, crescendo, desen-  
cadeou a fatal busca de mercados. Como os artigos prove-  
nientes da Europa eram mais abundantes, os preços caíam,  
certamente, aumentando a demanda. Perdidos os privilégios

67) Veja-se o trabalho de Sorel, Albert — *La diplomatie française et l'Espagne de 1792 à 1796. Partie I — La Guerre et les négociations entre la France et l'Espagne en 1793 et 1794*, in *Revue Historique*, Paris, quatrième année, tome onzième, septembre/décembre 1879; p. 228-330; *Patrie II — Le Comité de Salut Public de l'an III et l'Espagne*, in *Revue Historique*, Paris, cinquième année, tome douzième, janvier/avril 1880, p. 279-313.

68) "Real Orden de 23 de agosto de 1796". D. H. A., VII, pp. 120-121, apud Tandon, Humberto — op. cit., p. 27.

dos mercadores peninsulares, uma nova ordem de comerciantes "criollos" começou a prosperar.

A instituição do "Comércio Livre" e todo o corpo de leis que paulatinamente o ampliou, atenderam à evidente necessidade de avigoramento do tráfico indiano, garantindo, ao mesmo tempo, a conservação do patrimônio colonial, graças ao incentivo comercial. Concretizou-se com ele o objetivo do trono — estimular a economia peninsular e a do ultramar em todos os setores.

A partir do momento em que se iniciaram as hostilidades com a Inglaterra, o comércio marítimo com a Metrópole ficou de tal forma interrompido, que o Consulado de Cádiz sugeriu ao rei que autorizasse o tráfico em navios de nações neutras, com saída ou entrada de portos nacionais. Do alvitre resultou a Real Ordem de 18 de novembro de 1797. (69)

Foram talvez os navegantes e mercadores norte-americanos que tiraram maior proveito da grave situação da Espanha e de suas liberalidades forçadas. (70) Dando prova de diligência e recurso manteriam certamente, durante o tempo da guerra anglo-espanhola, ativo tráfico com a Nova Espanha, navegando entre Veracruz e portos dos E.U.A.

Os comerciantes mexicanos estabeleceram firmes relações com seus congêneres da nascente república do Norte, nomeando, inclusive, representantes nos portos estadunidenses, enquanto os negociantes ádvenas possuiriam seus próprios agentes em Veracruz. (71)

Aquela laboriosa mercancia com os americanos do Norte contrastava com o abatimento do tráfico com a Metrópole, principalmente entre 1799, época da revogação do comércio

---

69) Declarou o "Asesor General" do vice-reino de Nova Espanha que se aquela medida não houvsse sido tomada, "hubieran los capitalistas españoles — comidose sus capitales y la necesidad extremada de efectos lícitos en América hubiera dado un campo inmenso al contrabando inglés desde Jamaica a ese reino". (informe del Asesor general, comisionado sobre el arribo del navío norteamericano "El Pez Volador". México, julio 30, 1799. Marina, v. 130; s/f AGN. México, apud Arcila Farias, Eduardo — op. cit., p. 110).

70) Em julho de 1799, o vice-rei da Nova Espanha ordenou aos ministros da "Real Hacienda" de Veracruz que redigissem informação sobre todos os navios de bandeira neutra que até aquela data houvsse obtido registro de entrada no porto. Foram contados, durante o primeiro semestre de 1799, 30 naves estrangeiras: 25 norte-americanas, 2 francesas, 1 dinamarquesa e 2 alemãs. (Informes de los ministros de la Real Hacienda. Marina v. 89, s/f. AGN. México, apud idem, p. 111).

71) Idem, p. 112.

com as nações neutras e 1802, data da Paz de Amiens e consentânea cessação do cerco britânico do Atlântico. (72)

Terminara o século das reformas e seus navios haviam desempenhado relevante papel na História da América Espanhola. Veículos das inovações borbônicas, foram também condutores das idéias liberais da Europa.

Somaram às cargas que despejavam nos portos das Índias a melhoria comum do quadro colonial e a fermentação do ideal de liberdade, contribuindo para o despertar de recônditas forças de descontentamento que, viriam precipitar o desmoronamento do império em futuro não muito distante.

---

72) "Hasta ahora está el giro mercantil en el mismo estado de impotencia que lo ha estado hasta aquí desde que empezó la guerra; salen de España algunos barquitos pequeños o místicos y otros semejantes para este Reino, y según las ocas públicas la mayor parte de ellos no llegan a Veracruz porque como son barcos indenfensos, los aprehenden fácilmente los enemigos o en la Canal Vieja que conduce al Seno México en éste mismo" (Del expediente sobre el arribo de la corbeta norteamericana "Valiente". Septiembre — 17, 1799, Marina, v. 81, s/f. AGN. México; apud idem; p. 113).